

WEBINÁRIO
**VI SEMINÁRIO
INTERNACIONAL**
DE GOVERNANÇA DE TERRAS E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

MESA 1
PL 2.633/20

20/10 - 19H00

PALESTRANTES



MARCELO ELVIRA
WWF BRASIL



RAONI RAJÃO
OCF - UFMG



BASTIAAN REYDON
KADASTER INTERNACIONAL

MEDIADOR



MAURO ARMELIN
AMIGOS DA TERRA

-  @governancadeterras
-  seminariogtde@gmail.com
-  Instituto Governança de Terras

PATROCÍNIO



APOIO

REALIZAÇÃO



**INSTITUTO
GOVERNANÇA
DE TERRAS**



**OBSERVATÓRIO
DO CÓDIGO
FLORESTAL**

kadaster



Precisamos da PL 2633/20?

Bastiaan Reydon

Outubro 2020

kadaster



Conteúdo

- O que é Administração de terras
- A administração de terras no Brasil
- Principais avanços na Administração de Terras no Brasil
- Principais gargalos na Administração de Terras no Brasil
- O KADASTER e os Países Baixos

Uma Introdução à Administração de Terras

Arcabouço para Efetiva Administração de terras

A administração da terra relaciona as pessoas à terra e informa

no **"como"**,
o **'o que'**, o
'quem', o
'quando' e o
'Onde' de terra
posse, uso da terra,
valor da terra e
desenvolvimento
da terra



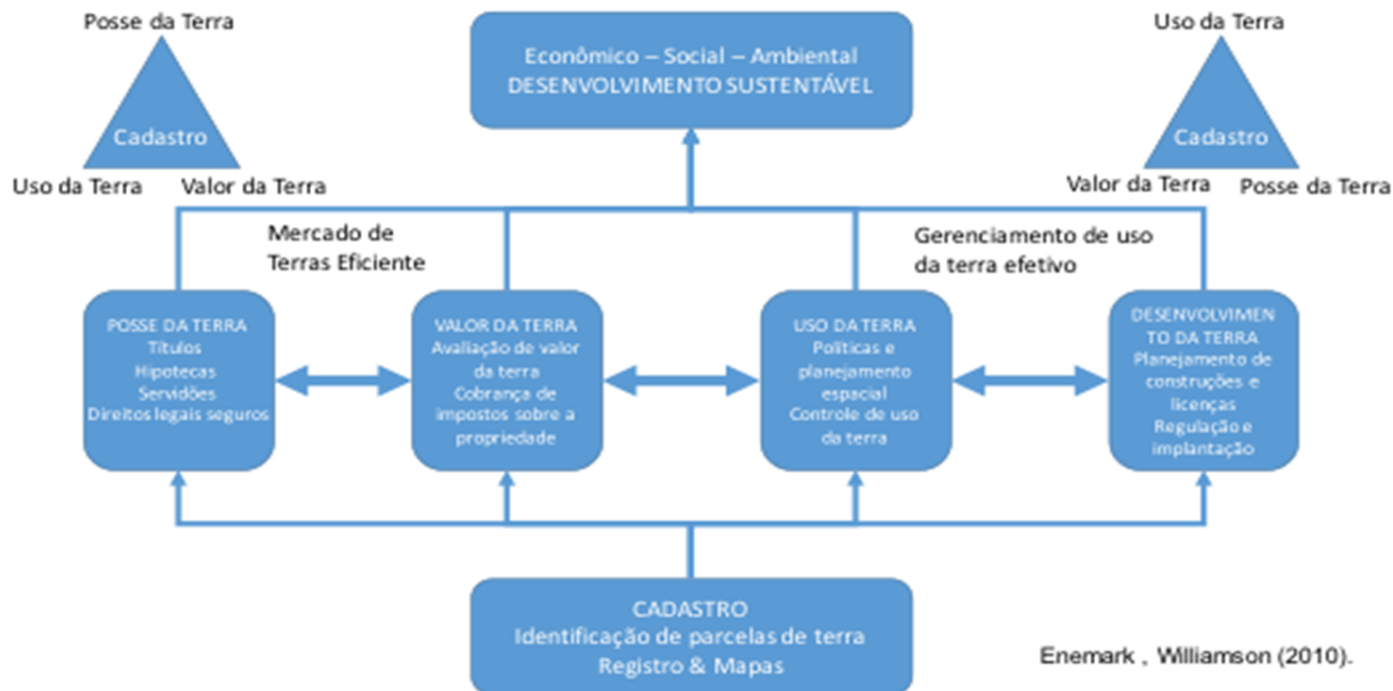
Os sistemas de administração fundiária são a base para registrar a complexa gama **de direitos, restrições e responsabilidades**

relacionadas as pessoas, políticas e locais.

Arcabouço para a Efetiva Administração de Terras

A administração eficaz da terra deve ser **adequada à finalidade (Fit For Purpose), apropriada e adequada, interoperável e sustentável, flexível e inclusiva**, e capaz de acelerar os esforços para documentar, registrar e reconhecer as pessoas para estabelecer relações de terra em todas as suas formas.

Perspectiva Global de Administração Fundiária



Enemark, Williamson (2010).

Benefícios da Governança de Terras (I)

- a. **Transparência na gestão territorial e garantias aos direitos em geral** – a transparência e busca de eficiência na gestão da terra cria um ambiente propício aos negócios, e por sua vez, leva a uma maior confiança nas instituições governamentais;

- b. **Combate à pobreza** – a maior parte da pobreza no Brasil se está entre os que habitam e/ou trabalham em propriedades em áreas cujos direitos de propriedade não são claramente definidos, tanto no campo quanto nas cidades. Um importante mecanismo para aliviar a pobreza consiste em reconhecer estes direitos, na sua regularização e estabelecer limites para que novos ocupantes não surjam;

Benefícios da Governança de Terras (II)

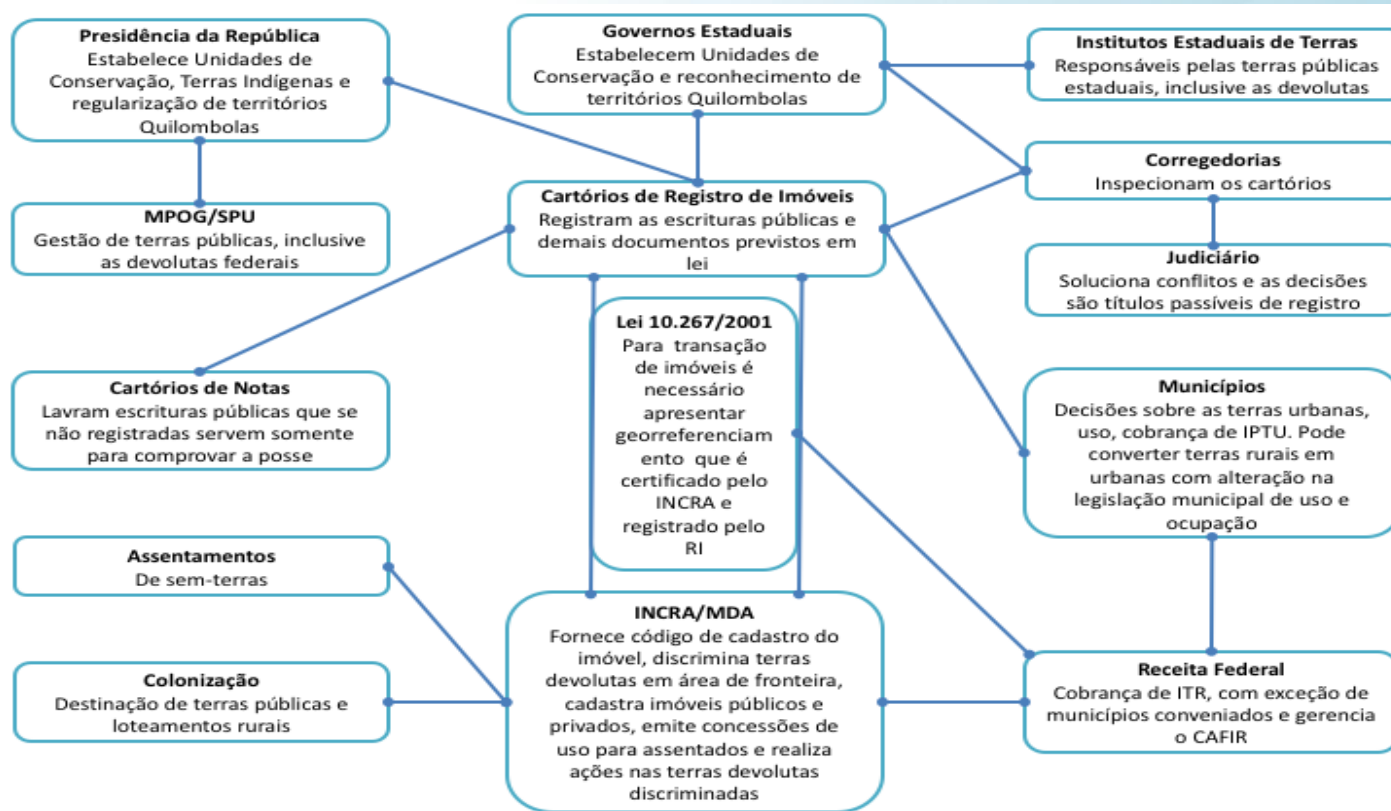
- d. **Segurança nos direitos associados à posse da terra** - garantir a segurança em toda a gama de direitos à terra ajuda na estabilidade social e incentiva o uso adequado da terra;
- e. **Direitos de propriedade transparentes** - segurança e regularidade nos direitos de propriedade são essenciais para a organização dos mercados de terras. A adequada regulação do mercado de terras propicia negócios e trocas de terras transparentes tornarão as terras mais líquidas;
- f. **Identificação** de propriedades e definição de responsabilidades sobre o uso e ocupação dos diferentes tipos solo, inclusive para fins judiciais: privadas, públicas, devolutas, reservas etc

kadaster



Administração fundiária brasileira: uma breve introdução

Situação atual da Administração Fundiária no Brasil



Fonte: legislação em vigor e Reydon (2006, 2011 e 2017)

Questões que geram indefinições nos direitos de propriedade no Brasil

- Coexistência de direitos de propriedade, com posses e terras devolutas;
- Indefinição das fronteiras claras entre terras públicas e privadas;
- Dificuldades de construção de um cadastro que integra registro (legal) e as informações cadastrais;
- Ampliam-se as dificuldades de se construir um cadastro que integre as informações mapeadas de terras privadas e públicas, por causa dos anteriores;

Evidencias da débil Governança de Terras no Brasil

- CPI da Grilagem de Terras na Amazônia (2002);
- segundo Lima (2002), foram cancelados 48,5 milhões de hectares de propriedades registradas junto aos respectivos cartórios em 14 comarcas no AM;
- O CNJ cancelou 410 milhões de hectares de 5,5 mil registros de imóveis rurais nos cartórios do estado do Pará em 2009 - Rodrigues et ali(2013);
- O Juiz da Vara Agraria do Piauí bloqueou 6 milhões de há de registros de imóveis e vários cartórios entre 2014 e 2017;
- Muitos conflitos pela terra – rural e urbana;

kadaster



Principais avanços na Governança de terras no Brasil

Importantes avanços recentes na governança fundiária no Brasil

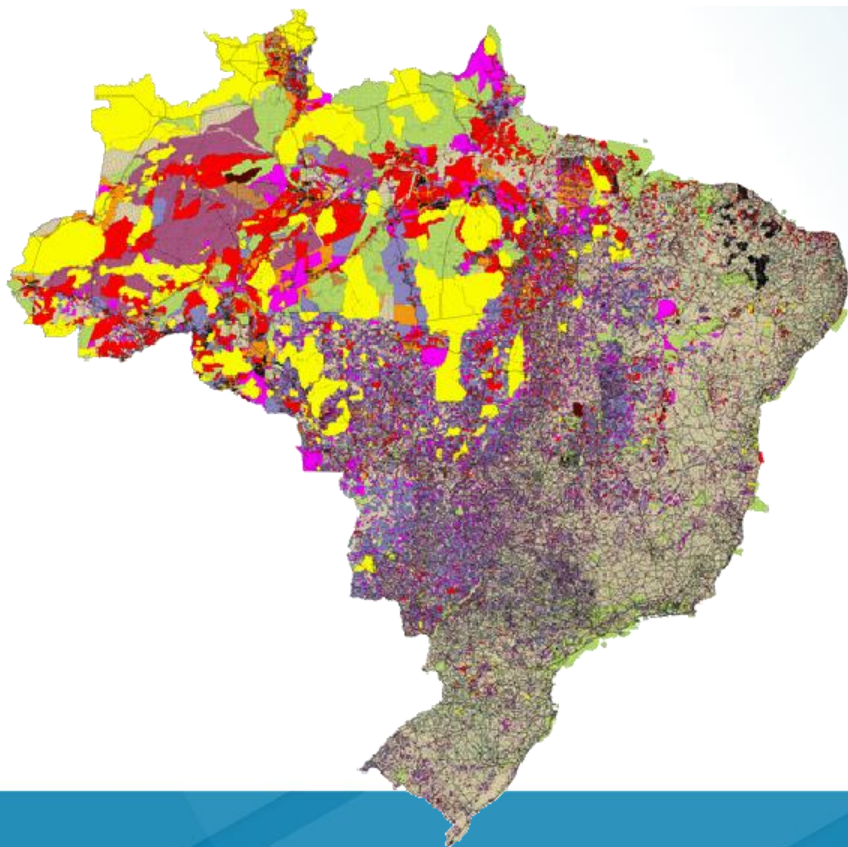
- Cadastro – Rural - Lei 10.267/2001 SNCI, SIGEF, CNIR e SINTER (2016); CAR
- Grupo Interministerial de Governança Fundiária 2010-2014
- Gestão das Terras Públicas – Câmara Técnica do Terra Legal
- Regularização - legislação, práticas - vários órgãos – SPU, Terra Legal, INCRA (Assentamentos), Corregedorias estaduais;
- Voluntary Guidelines (FAO); LGAF (Banco Mundial); ISO 19152 – LAND ADMINISTRATION DOMAIN MODE

Importantes avanços recentes na governança fundiária no Brasil

- Relatório do TCU sobre GOVERNANÇA DE SOLOS EM ÁREAS NÃO URBANAS. TC 011.713/2015-1 – propostas na mesma linha dos apresentados por este estudo;
- Comitê de Governança de Terras – SRB/UNICAMP/INCRA e outros
- LEI -13.465/17 – Simplifica e integra a regularização fundiária rural e urbana
- MP 910 e PL 2633/2020 são desnecessárias – apenas ampliam as possibilidades de regularização;

Áreas Identificadas ou Georreferenciadas

- Por Tipologia -



Terra Indígena

119.553.662 ha

Unidades de
Conservação

162.776.197 ha

Imóveis com Geo
certificado e em
processo de certificação

205.532.088 ha

Assentamentos Rurais

75.925.788 ha

Territórios Quilombolas

2.866.543 ha

NÚMEROS GERAIS ACERVO FUNDIÁRIO

Administração Direta do Incra

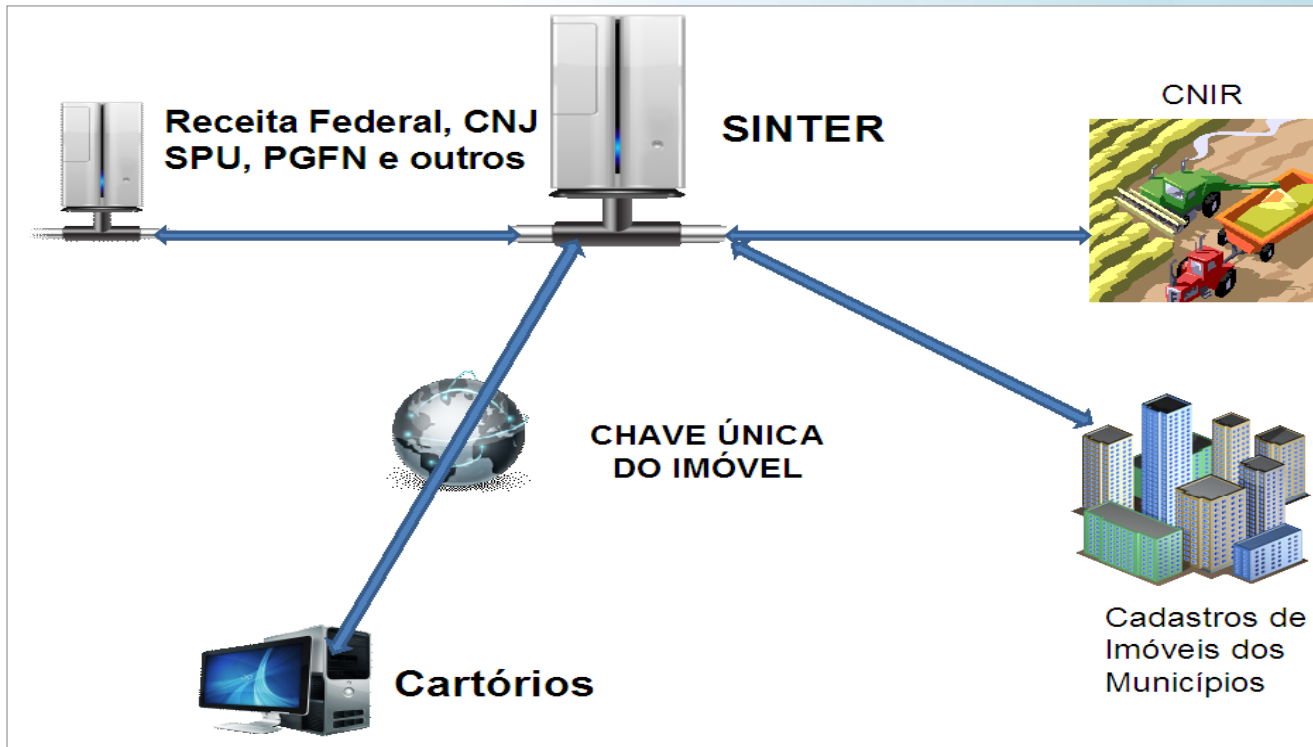
Tipo	Polígonos	Área (ha)	% do total
ASSENTAMENTOS	7.674	75.925.788,39	8,92
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	420	2.866.543,77	0,34
CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS/PARCELAS PUBLICO	27.312	95.755.667,21	11,25
CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS/PARCELAS PARTICULAR	431.296	205.532.088,76	24,14
CONVÊNIOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA INCRA	107.853	4.335.993,96	0,51
Subtotal	574.555	384.416.082,09	45,15

ACESSO A BASE DE ENTIDADES PARCEIRAS

Tipo	Polígonos	Área (ha)	
ÁREA INDÍGENA	607	119.553.662,85	14,04
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	1.641	162.776.197,70	19,12
POLÍGONOS GEORREFRENCIADOS PELA SRA	80.041	3.254.260,69	0,38
POLÍGONOS GEORREFRENCIADOS PELO TERRA LEGAL	183.438	22.218.245,85	2,61
Subtotal	265.727	307.802.367,10	36,15

Total Geral Georeferenciado	840.282	692.218.449,19	81,30
Area Total do Brasil		851.487.600,00	100,00

SINTER – uma proposta de integração dos cadastros



Objetivos do SINTER

(Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais)

- é um banco de dados (plataforma) de gestão do território nacional em uma concepção multifinalitária;
- se constituirá no inventário oficial e sistemático do território nacional, desenvolvido com tecnologia apropriada para sistemas de informações geográficas;
- Integrará as informações jurídicas de imóveis, constantes dos registros eletrônicos provenientes dos serviços de registros públicos, com as informações físicas, cadastrais, fiscais e fundiárias relativas a imóveis urbanos e rurais.

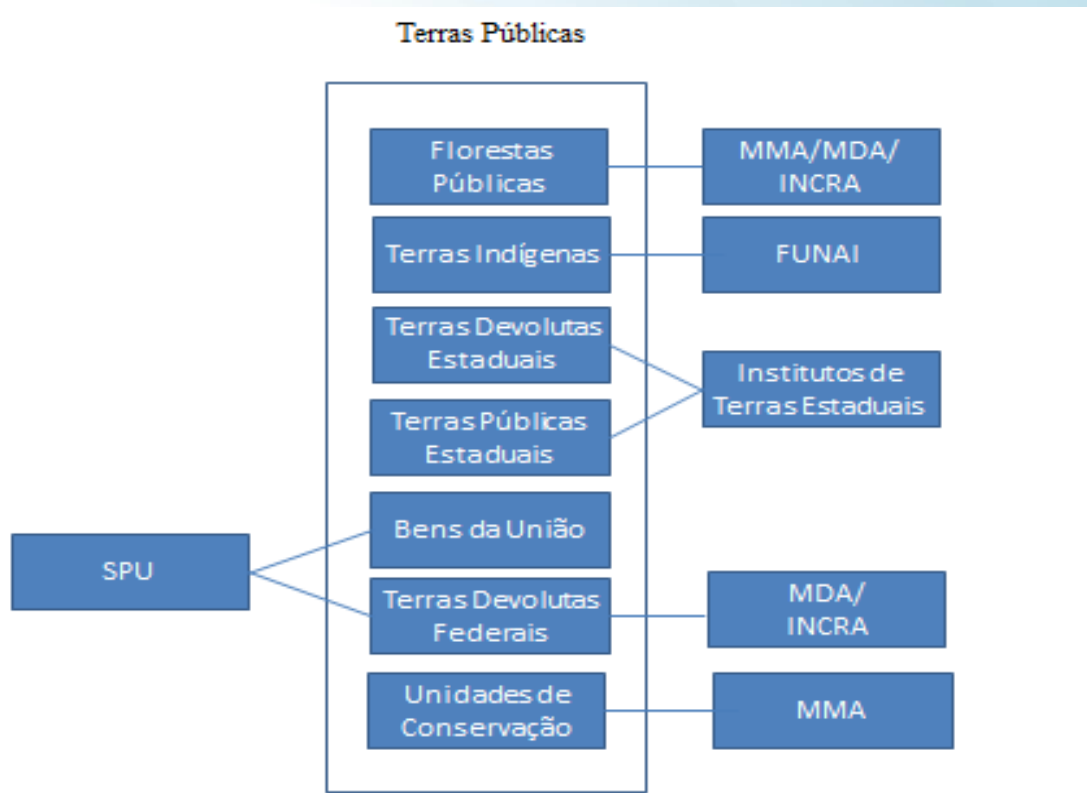
SINTER

- A boa gestão do SINTER deve ser construída através da visão da governança policêntrica;
- Possibilidade de adequação do sistema aos vetores de atuação da governança policêntrica de terras;
- As 4 proposta contidas no relatório são compatíveis com o sistema;
- Atores envolvidos são os mesmos;
- Os GTs propostos pelo SINTER podem ser divididos de acordo com os vetores de atuação da governança policêntrica;
- Construção conjunta e sinergia;
- Plataforma multistakeholdres.

Gestão de Terras Públicas

- A experiência da Câmara Técnica do Programa Terra Legal -
- Associação Nacional dos Institutos de Terras Estaduais (ANOTER) e Exército Brasileiro
- Terra Legal

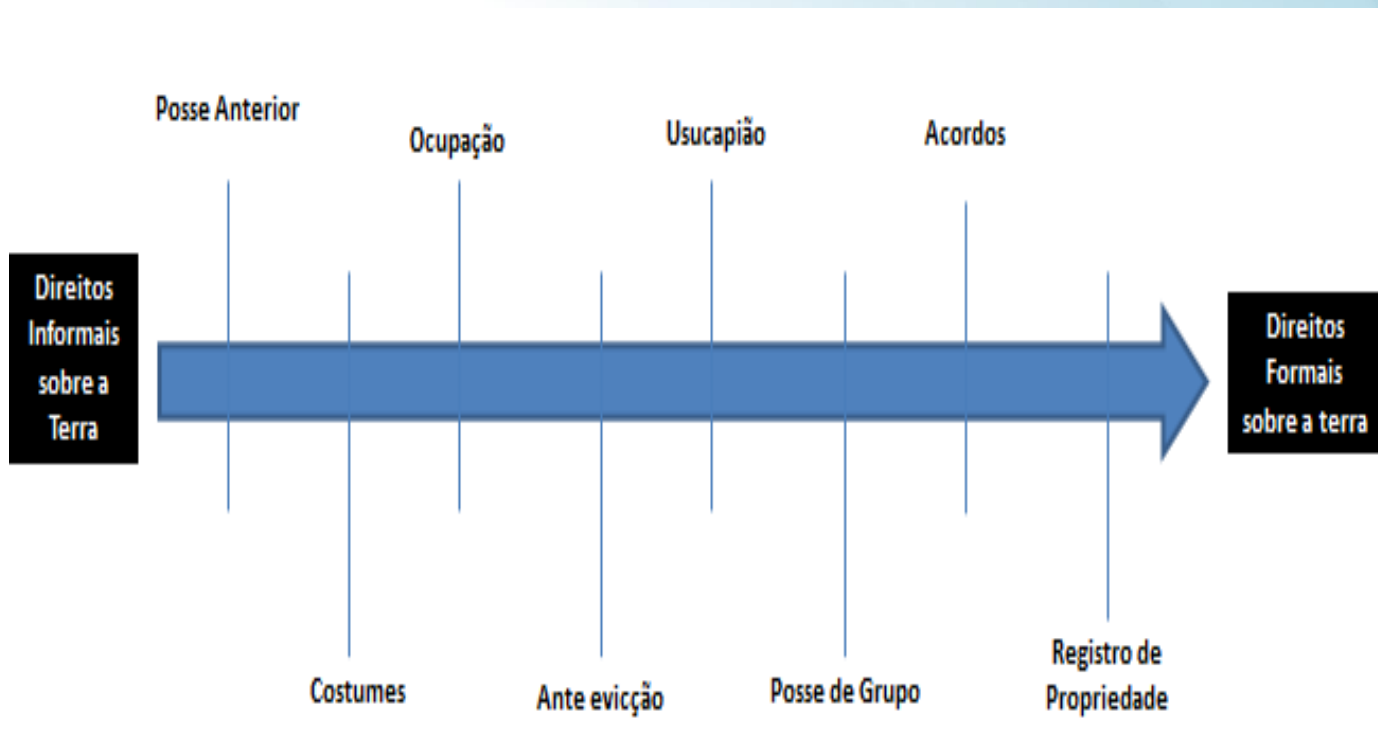
Terras Públicas – cadastro inexistente



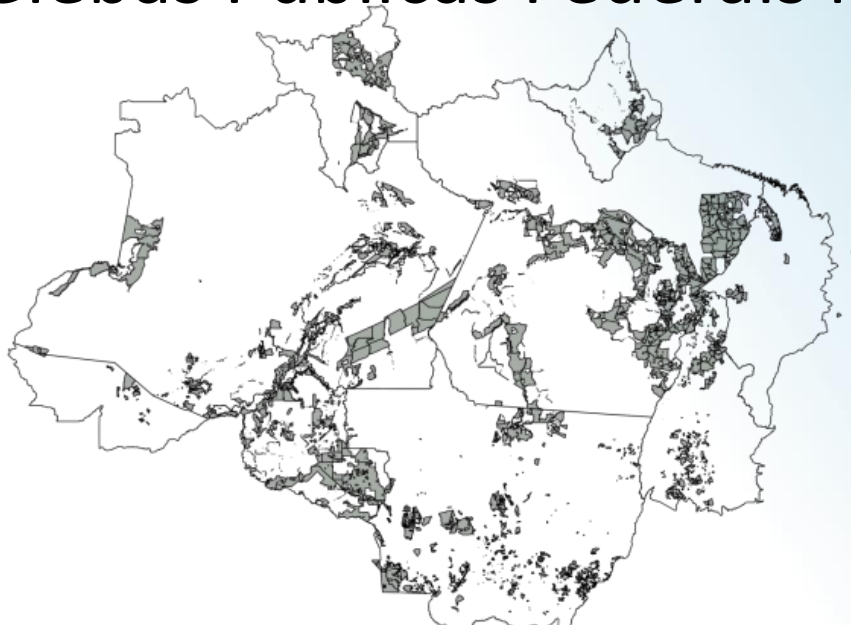
Regularização - Terra Legal

- O Programa Terra Legal, criado pela Lei 11.952 de 2009, foi desenhado para enfrentar os problemas fundiários através da regularização fundiária da Amazônia Legal.
- Funcionamento:
 - a) georeferenciamento
 - b) destinação
 - c) regularização

Formas de acesso a terra e a regularização



Glebas Públicas Federais Não Destinadas



**59 milhões
de hectares**
**Equivalente ao
tamanho da
Espanha e
de Portugal
juntos**

Georeferencing and titling of federal public land in the Legal Amazon							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Number of georeferenced parcels	-	835	17,583	23,887	23,638	41,866	107,809
Area of georeferenced parcels (ha)	-	128,784	1,551,071	2,166,971	1,572,288	4,504,704	9,923,818
Number of regularization titles	245	274	636	2,392	4,649	10,535	18,731
Area of regularization titles (ha)	70,699	274,095	36,634	177,243	353,262	10,109,249	11,021,182

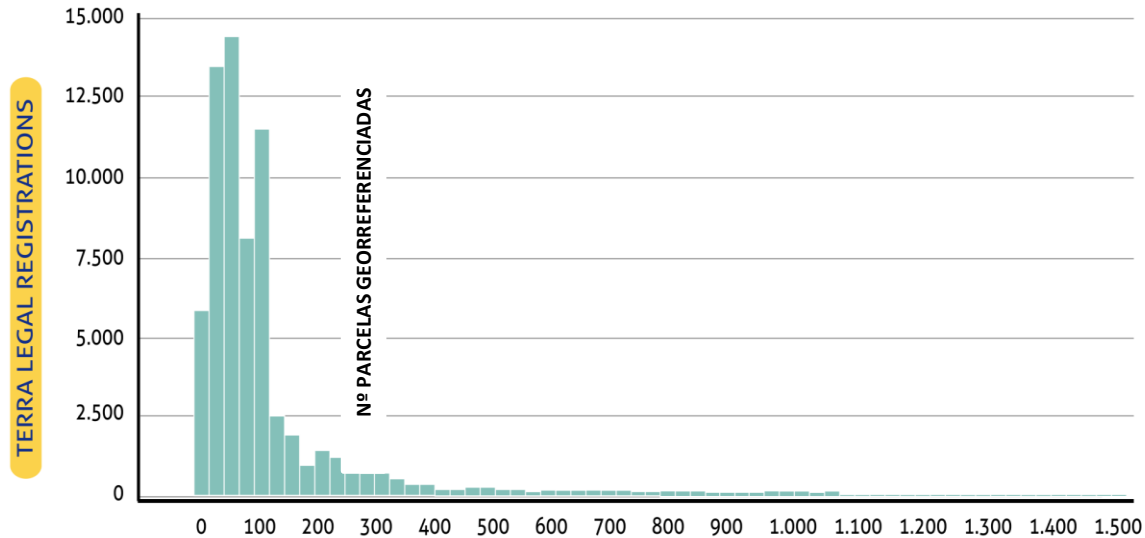
Source: Serfal, 2015.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA I – Terra Legal 2009-15

LAND ASSIGNMENT (destinação)	Million ha	%
Federal lands assigned by TL until January 2016	38.202.778	67.5%
Federal lands assigned by TL to FUNAI (indigenous land)	2.292	0.0%
Federal lands assigned by TL to INCRA	92.047	0.2%
Federal lands assigned by TL to SPU	55	0.0%
Federal lands assigned by TL to MMA (conservation units)	6.271.543	11.1%
Federal lands assigned by TL to MDA (land reform / tenure regularization)	31.836.841	56.2%
Land currently being studied by TL	8.288.868	14.6%
Land yet to be consulted	6.808.354	12.0%
Assigned federal lands before entering into force of CT	2.000.000	3.5%
LAND TITLES EMITTED (titularização)		
Land titles emitted until January 2016	1.300.000	2,3%
TOTAL FEDERAL LANDS IN THE MANDATE OF TERRA LEGAL	56.600.000	100%



QUEM FORAM OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA TERRA LEGAL?



AREA (ha)

95% DOS BENEFICIÁRIOS POSSUEM LOTES COM ATÉ 4MF
5% DOS BENEFICIÁRIOS POSSUEM LOTES ACIMA DE 4MF

Desafios na Governança de Terras no Brasil

Governança de terras efetiva

- a. Garante os direitos das propriedades privadas para: compra e venda, arrendamento, garantias no crédito, concessão de pagamentos por serviços ambientais, entre outros;
- b. Possibilita identificar as terras públicas, para o adequado uso: na criação de Unidades de Conservação, Terras Indígenas, assentamentos, colonização ou outros;
- c. Estabelecer as demais políticas fundiárias: reforma agrária, crédito fundiário, tributação sobre a terra;

Governança de Terras efetiva II

- a. Regular as compras de terras: no acesso à estrangeiros, à proprietários com muitas terras ou a regiões específicas;
- b. Zonear o uso da terra: regular, colocando limites, na produção agrícola e pecuária em regiões específicas;
- c. Regular a conversão de terras agrícolas em urbanas;
- d. Ter cadastros atualizados para viabilizar a cobrança correta, efetiva e justa de ITR e do IPTU;

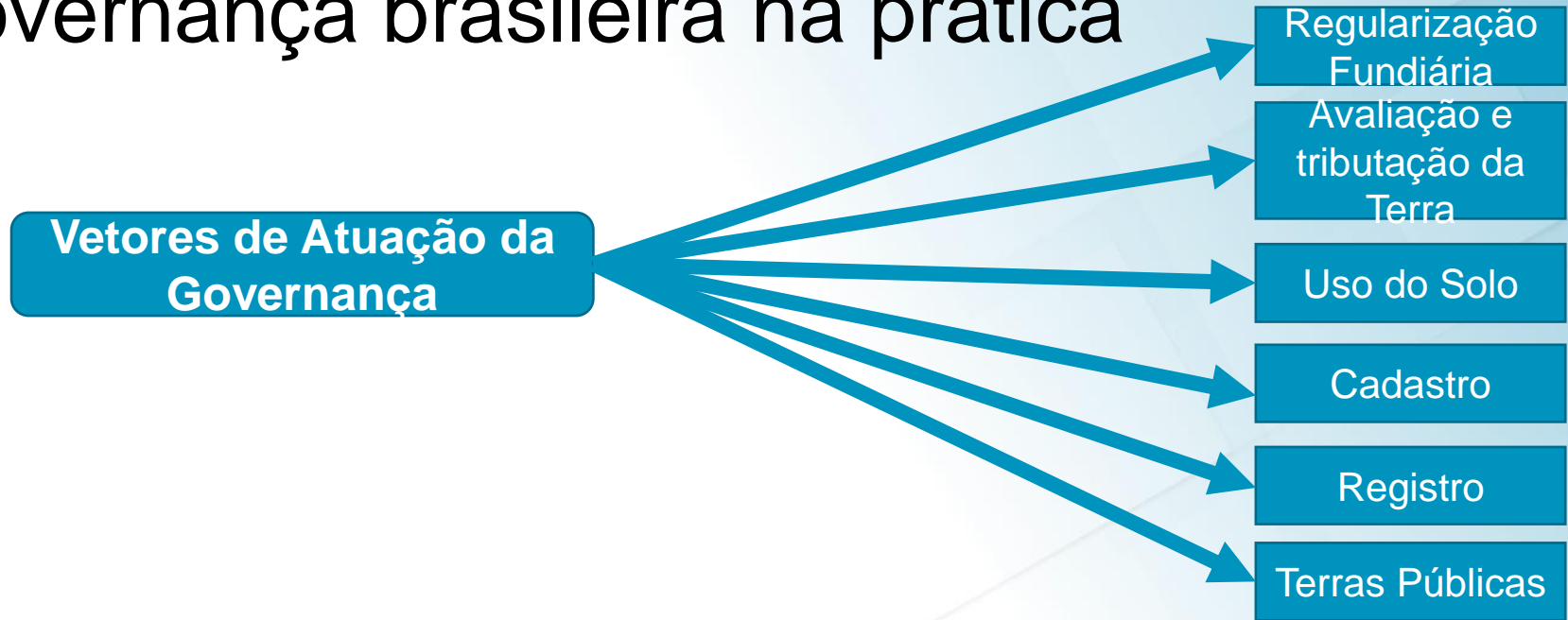
Gargalos para a melhora na Governança de Terras no Brasil

- O Estado Brasileiro precisa assumir seu papel na Coordenação da Governança de Terras;
- Há a necessidade de delegar a algum órgão superior junto à presidência da república a tarefa de coordenar as atividades para melhora da governança de terras;
- Há a necessidade de integrar as atividades dos órgãos que atuam na Governança de terras;

Passos para a construção de Governança Fundiária eficiente

1. Fazer com que o Estado brasileiro assuma seu papel de gestor das terras
2. Construção de um cadastro integrado
3. Regularização das posses privadas existentes
4. Estado precisa identificar e se apropriar das terras devolutas
5. Integração das legislações fundiárias federais, estaduais e municipais para os fins acima;
6. Criação de um quadro institucional que atenda as necessidades de Governança Fundiária pelos temas

Governança brasileira na pratica



O Kadaster e os Países Baixos



The Netherlands

12 províncias

380 municípios

41,000 km²

17,200,000 habitantes



Escritórios regionais do Kadaster

Ambições

Oferecemos **segurança jurídica** da propriedade e no uso de todas as propriedades acima e abaixo do solo

Somos a **plataforma** permanente de informações geográficas, utilizável por todos a qualquer momento

Servimos a sociedade como o parceiro natural em informações geográficas

Focamos em **continuidade**

Kadaster dos Países Baixos

- Órgão do Governo - Auto-sustentável, Autônomo
- Instituição integrada por:
 - ✓ Cadastro,
 - ✓ Registro,
 - ✓ Mapeamento Nacional
- Cada m² do território está inserido no sistema
- Quadro jurídico: 2 leis
 - ✓ Lei de Kadaster, Registro, Mapeamento
 - ✓ Lei de organização de Kadaster





O que fazemos ?



Registro de imóveis



Mapeamento e Geo



Reestruturação fundiária



Registros Chave



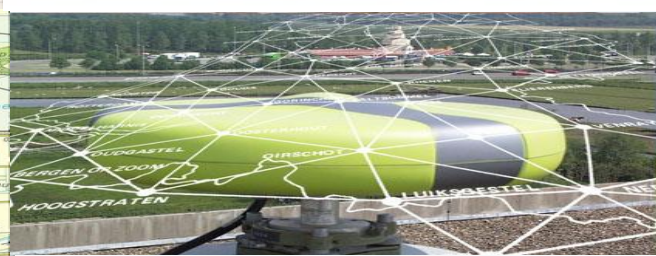
Serviços de Informação



**NSDI/Information node/
E-government**



Mapeamento Topografico



**Rede de referência
geodetica nacional**



Cabos e tubulações

BASISREGISTRATIE

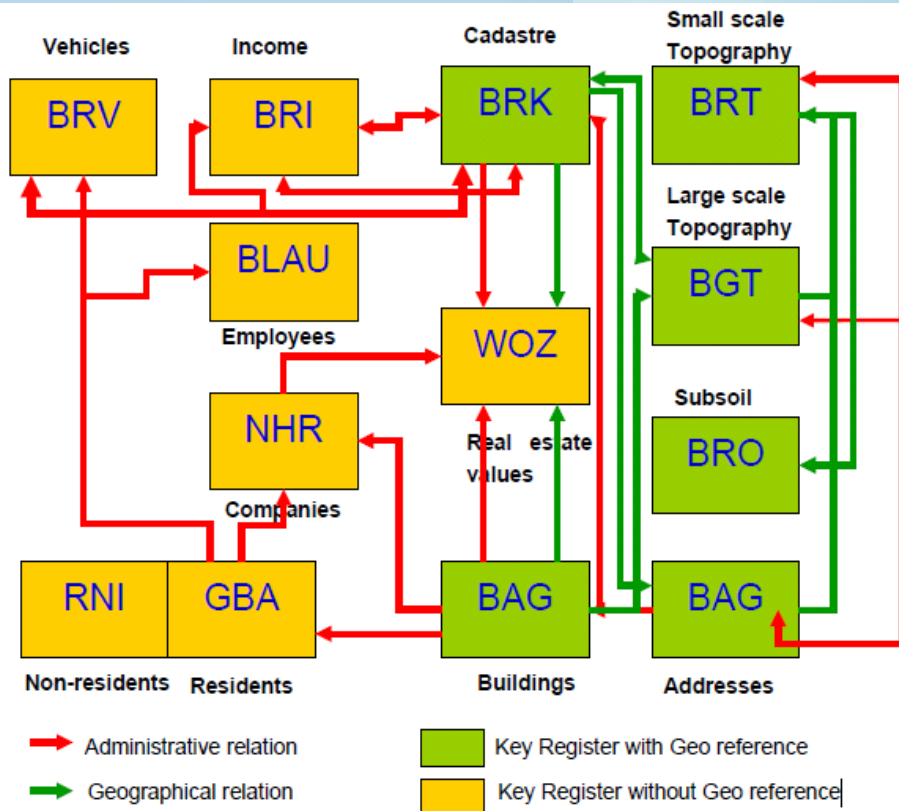
éénmalige inwinnig, meervoudig gebruik



Registros básicos

Principio:

Colectar dados uma só vez,
utiliza-los muitas vezes.





De processo para network



Kadaster em 2018 (desde 1832)

Funcionarios	1750
Faturamento	€ 279,5 mln
Parcelas registradas	± 10 milhões
# escrituras registradas	489.100
# Hipotecas	421.600
# Georreferenciamentos	103.200
# Kadaster-on-line	24 milhões acessos
IDE (“views” mapa catastral)	533,4 milhões
Cabos e tubulações	689.000
Resolução dentro 24 horas	100 %
Objecões resolvidas dentro 5 días	91%
Apelações através da Justiça	5 (0 perdas)

Origem do Faturamento do Kadaster (2017)



Consultoria Internacional

- Administração Fundiária Fit for Purpose
- Renovação Cadastral (institucional, técnica e jurídica)
- Ferramentas e padrões (LADM, STDM)
- Mapeamento topográfico
- Generalização automática de mapa
- Infraestruturas de Dados Espaciais
- Registradores-chave e governo eletrônico
- Cadastro 3D
- Digitalização de arquivos
- Reestruturação fundiária rural e urbana
- Metas de desenvolvimento sustentável



Visitas de Estudio



Visão geral dos projetos internacionais 2018 - 2020

Africa

Benin
Great Lakes Region
Kenya
Mozambique
Tanzania
Togo

Europe

Albania
Bosnia-Herzegovina
Kosovo
Macedonia
Montenegro
Serbia

Middle East & Asia

Bangladesh
Bhutan
Indonesia
Jordan
Nepal
Vietnam

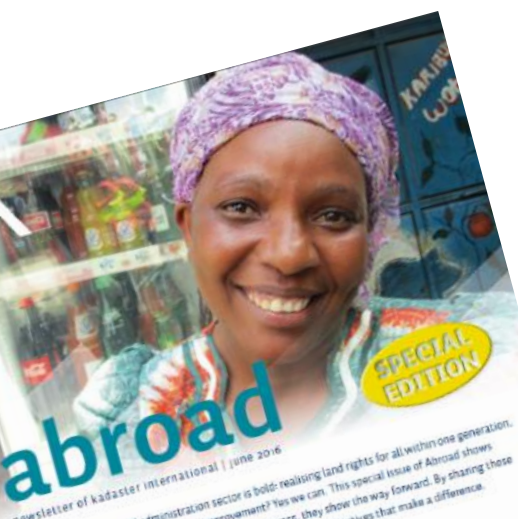
Latin America & Caribbean

Antilles
Aruba
Brazil
Colombia
El Salvador
Suriname



Visits:

South Korea, Vietnam,
Norway, Greece, China,
Nepal, South Africa, Indonesia,
Ethiopia, Bhutan, Singapore,
Jordan, Finland, Sweden



abroad

SPECIAL EDITION

newsletter of kadaster international | june 2016

Land rights for the world: progress in action

Sustainable Development Goals
The number of the world population has a registered land rights. Or more to do. In many countries a large amount of land is not in the public domain. In other countries, land rights are not registered, especially in rural areas. In some countries, land rights are not registered, especially in rural areas. In some countries, land rights are not registered, especially in rural areas.

Private progress
Much has been done already. Knowledge that been generated and shared. Land rights, especially in rural areas, are not registered, especially in rural areas. In some countries, land rights are not registered, especially in rural areas.



abroad

newsletter of kadaster international | september 2016

Improving tenure security with short timeframes, against reasonable cost and acceptable quality. This is the focus of "Land Administration for National Development (LAND)". According to embassies in Africa, the Dutch LAND-initiatives already contribute to securing land rights as a way out of poverty.

Embassies: "LAND-initiatives already yield results in Africa"



Uganda
In Uganda, in the days LAND-initiatives was conducted with the personal guidance of the Dutch Embassy in Kampala. The Dutch Embassy in Kampala, Uganda, is now being prepared. The Dutch Embassy in Kampala, Uganda, is now being prepared.

DRCongo
In DRCongo, the private sector has gone through an initial phase of the LAND-initiatives. The private sector has gone through an initial phase of the LAND-initiatives.

Burkina Faso
In Burkina Faso, the LAND-initiatives is being implemented. The LAND-initiatives is being implemented.



abroad

newsletter of kadaster international | december 2016

How to digitise nationwide analogue archives, make them available to customers and renew all corresponding legal processes? The Department of Lands and Survey (DLS) in Jordan has accepted the challenge. Knowing Kadaster faced a similar challenge years ago, DLS has asked us to help develop a roadmap for digitisation.

Roadmap to a digital future in Jordan



Challenge accepted
What happens with the old analogue archives that must be preserved to prevent decay because of their legal status? How can DLS in Jordan process, organise and manage archives into the digital and online world? How can a customer get information on the history of property transactions? Where to start? With the aid of neighbours and previous transactions? Where to start? With the aid of neighbours and previous transactions?

Sharing the Dutch experience
In the Netherlands, all the old analogue data are now available in the Netherlands. In the Netherlands, all the old analogue data are now available in the Netherlands.

Roadmap for digitisation
The roadmap is to help DLS determine what to do when, and how to change the legal, capacity and security. It is not a matter of just storing data and maps. It is also a matter of protecting, preserving and making data available to customers. It is also a matter of protecting, preserving and making data available to customers.



Panama-stad
Panama

Medellín

Bogotá

Colombia

Quito

Ecuador

Guayaquil

Barquisimeto
Valencia

Venezuela

Parque Nacional Natural El Tuparro

El Caura

Parque Nacional Parima Tapirapecó

Parque Nacional do Pico da Neblina

Parque Nacional Natural Río Pure

Parque Nacional de Anavilhanas

Google

Satelliet



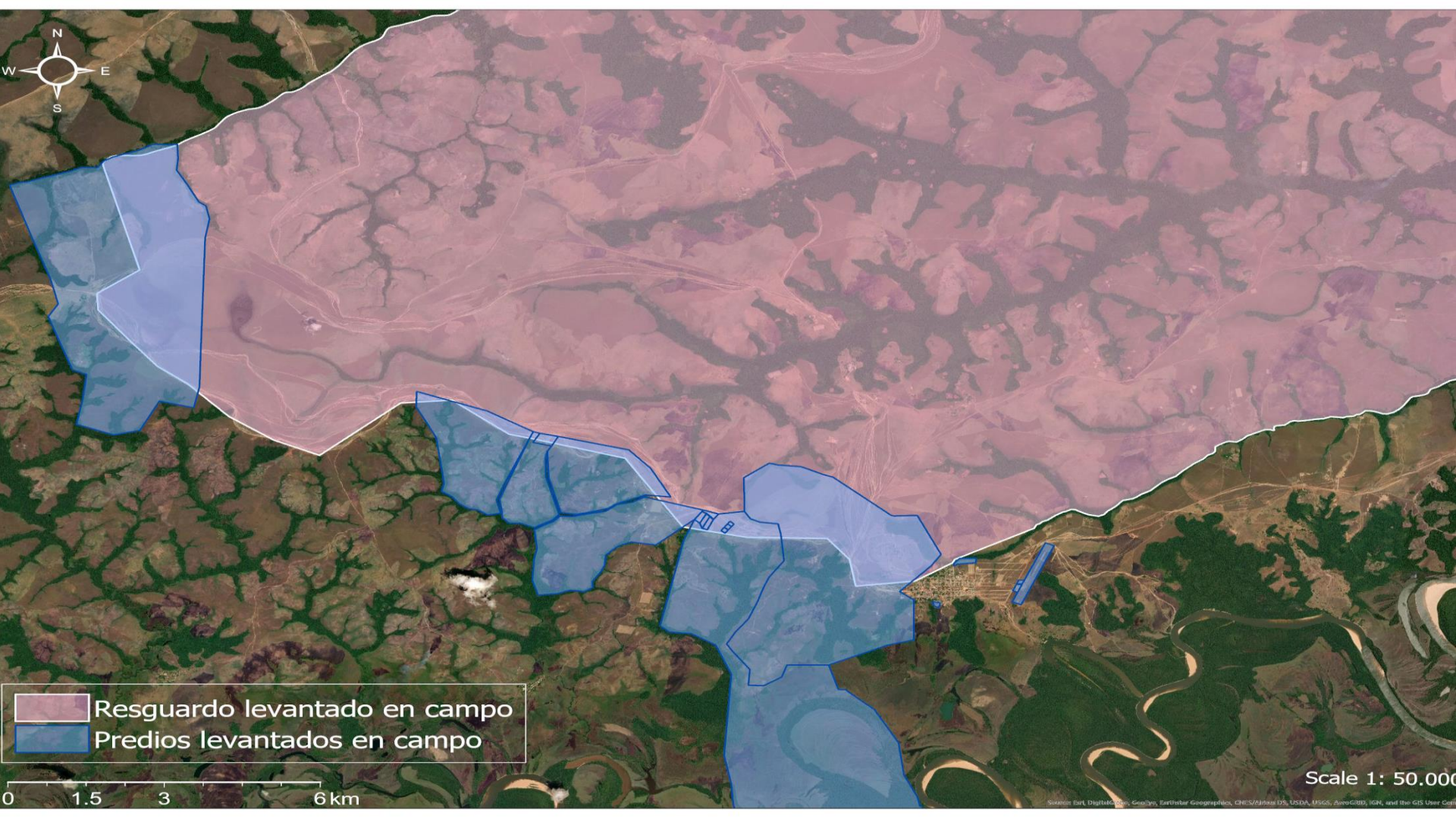
Resguardo Santa Teresita del Tuparro



Scale 1: 200,000

Source: Earth, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AeroGRID, IGN, and the GIS User Community





Resguardo levantado en campo
Predios levantados en campo

0 1.5 3 6 km

Scale 1: 50,000

Source: Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AeroGRID, IGN, and the GIS User Community

Tudo acontece em algum lugar no
e em algum momento.

GRATO pela
atenção

